案件編號：第 484/2026 號（刑事上訴案）

日期：2026 年 9 月 24 日

重要法律問題：

- 已認定的事實不足以支持裁判
- 競合量刑過重

摘 要

1. 根據《刑法典》第 72 條第 1 款的規定，如在判刑確定後，但在相關刑罰服完之前，或在刑罰之時效完成或刑罰消滅之前，證明行為人在判刑前曾實施另一犯罪或數罪，則適用《刑法典》第 71 條的規定予以競合。

2. 所有競合之犯罪事實均一併作為審查對行為人所歸責的犯罪行為，考慮其整體程度與嚴重性、違反所保障法益的程度、當中是否存在共通或關聯性，以及藉此所反映的行為人之人格、個性及其生活模式。法院在作出刑罰競合的具體量刑時，亦須滿足預防犯罪之需求。

3. 上訴人的行為表現顯示其對法院作出的判決沒有予以重視，怠於履行義務，在人格層面顯示出其對法律的藐視態度。故此，原審法院將相關情節於作出刑罰競合時予以重點考量，也是適當的，並未因此構成上訴人所質疑的“疊加判決”。

4.即使不考慮兩案判決確定之後的行為表現，僅根據兩個判決中的量刑情節，我們看到，上訴人所作事實具暴力性質，暴力抗拒公共當局執法，暴力傷害以夫妻般共同生活的女友，在兩案均沒有展現完全的悔改之意，顯示其人格偏差嚴重。原審法院綜合考量上訴人的犯罪情節、所作事實的不法性以及人格特徵，亦充分考慮了上訴人的經濟狀況且作出了適當分析，依據《刑法典》第 71 條及第 72 條作出刑罰競合，在二年八個月至四年的法定刑幅期間，最終裁定三年三個月徒刑的單一刑罰，符合《刑法典》第 40 條一般預防和特別預防的要求，沒有超出其罪過上線，無違反《刑法典》第 40 條、第 65 條和第 71 條相關規定的情形。在不存在對法定限制規範（如刑罰幅度或經驗法則）的違反、也不存在所確定的具體刑罰顯示出完全不適度的情況下，本院沒有介入的空間。

裁判書製作人

_____

周艷平

澳門特別行政區中級法院
合議庭裁判書

編號：第 484/2026 號（刑事上訴案）

上訴人/被判刑人：A

日期：2026 年 9 月 24 日

一、 案情敘述

在初級法院第 CR3-23-0277-PCC 號合議庭普通刑事案中，合議庭於 2026 年 4 月 13 日作出刑罰競合之裁判，裁定：

關於被判刑人 A，將本案與第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗的刑罰競合，三罪並罰，合共判處三年三個月實際徒刑的單一刑罰。

*

被判刑人 A 不服，向本院提起上訴，其上訴理由闡述載於卷宗第 445 頁至第 472 頁。[1]

---

[1] 上訴人 A 提出了以下上訴理由（上訴理由闡述之結論部分）：

IV-DO PEDIDO E CONCLUSÕES

A) Nestes Autos o Recorrente foi condenado por ter violado a Lei nº2/2004, que regula a Prevenção e Controlo das Doenças Transmissíveis (art°14°, nº1, alínea a) e art°30°, n°2);

B) E no âmbito deste mesmo processo também foi condenado pelo crime de resistência e coacção, previsto e punido pelo art°311º, do CP;

C) Pela prática destes 2 crimes, foi o Recorrente condenado numa pena única de 1 ano e 4 meses de prisão, cuja execução foi suspensa por 2 anos;

D) Nos autos CR2-23-02103-PCC, Recurso 745/2024, foi o Recorrente condenado pela prática de um crime de violência doméstica, previsto e punido pelo art°18°, n°1 e n°2, em conjugação com o nº3, alínea b), da Lei nº2/2016, numa pena de 2 anos e 8 meses de prisão, suspensa por 2 anos;

E) Consequentemente, o Douto Tribunal a quo procedeu, também nestes autos, no cúmulo jurídico das penas, nos termos do disposto nos arts. 72° e 71° do Código Penal, por se mostrarem preenchidos os requisitos legais para realizar a apreciação do concurso;

F) O Tribunal a quo concluiu que a moldura aplicável ao concurso dos 3 crimes é de 2 anos e 8 meses a 4 anos e 1 mês de prisão;

G) Pela prática dos 3 crimes o Recorrente foi condenado, em cúmulo das penas parcelares aplicadas, na pena única de 3 anos e 3 meses de prisão efectiva;

H) A decisão condenatória concentrou-se, essencialmente, no facto do arguido ter incumprido, até àquela data, as obrigações de pagamento de indemnização cível impostas no processo anterior. E por essa razão, sem atender às questões objectivas deste processo em concreto, operou o cúmulo jurídico condenando o arguido em prisão efectiva;

I) O Tribunal a quo foi, seriamente, influenciado pelo outro processo ao reiterar que o ora Recorrente ainda não tinha pago as indemnizações em que havia sido condenado, em vez de atentar nas questões concretas deste processo e consequentemente na forte probalidade (prognose favorável) de suspender a execução da pena a aplicar nos presentes autos-as condições económicas

não podem prevalecer à situação concreta do arguido e à clara melhoria da sua conduta que vem mantendo há quatro anos;

J) O Recorrente já pagou todas as indemnizações/compensações em que foi condenado e continuará a fazê-lo uma vez que o pagamento da indemnização cível à ofendida é mensal;

K) O critério que preside à escolha da pena, consagrado no artigo 64°, do CP, é o da pena não privativa da liberdade, sempre que realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição;

L) Nos termos do disposto no art°65°, n°3, do CP, na sentença são expressamente referidos os fundamentos da determinação da pena;

M) A decisão recorrida não detalha como cada um dos elementos plasmados no art° 65°, do CP, foram avaliados, limitando-se a uma análise superficial e genérica, concentrada, essencialmente, na falta de pagamentos e sem atender à situação económica do condenado. Tal omissão impede uma compreensão clara de como a pena foi individualizada, em clara violação daquele preceito normativo;

N) A ausência de uma análise detalhada das circunstâncias judiciais pode ter levado à aplicação de uma pena desproporcional, o que estamos em crer,

O) A idade do Recorrente, o seu estatuto de Residente Permanente da RAEM, a sua situação profissional, e a sua capacidade económica e social, o ter dependentes a Mãe e a Filha, o se ter afastado de qualquer conduta negativa, são todos factores que poderiam e deveriam ser tidos em conta e influenciar na fixação de uma pena mais justa e adequada, no máximo de 3 anos de prisão suspensa por 3 anos;

P) A falta de consideração daqueles elementos demonstra uma inobservância do princípio da individualização da pena;

*

針對上訴人的上訴，駐初級法院刑事庭的檢察院代表作出答覆，認為上訴人的上訴理由不成立，應駁回上訴並維持原判（詳見卷宗第 480 頁至第 484 頁背頁）。

檢察院在答覆狀中提出下列理據（結論部分）：

Q) A Douta Decisão recorrida violou o disposto nos arts.40°, n°1 e n°2, 48°, n°1, 64° e 65°, do CP, configurando a previsibilidade do CPP quanto às questões de direito de que pudesse conhecer a decisão recorrida (artigo 400°, n°.1 e n°2, alínea a), do CPP);

R) E, consequentemente, inobservância do princípio da individualização da pena;

S) A proporcionalidade e a proibição do excesso, que deve presidir à fixação da pena conjunta, deverá obter-se através da ponderação entre a gravidade do comportamento ou actividade global (do concurso de crimes), as características da personalidade do agente e a gravidade da medida da pena conjunta no ordenamento punitivo.

T) Perante os vícios apontados ao Douto Acórdão recorrido, de forma objectiva, fundamentada de facto, de Direito, Doutrinal e Jurisprudêncial- sem quaisquer resquícios de vieses, subjectivos ou pessoais-, podem V.Exªs reparar a Decisão, aplicando ao Recorrente uma pena de prisão de 3 anos, suspensa na sua execução por igual período de tempo ou reenviar os Autos para o Tribunal a quo, declarando, consequentemente, nula a Decisão recorrida, na parte relativa à determinação da pena única resultante do cúmulo jurídico e determinando que seja elaborado novo acórdão de acordo com o que acima se deixou expresso.

Termos em que, nos melhores de Direito e sempre com o Vosso suprimento, requeremos que seja, in tottum, julgado procedente o Recurso,

JUSTIÇA!

1. 在本案中(第 CR3-23-0277-PCC 號卷宗)，本澳居民 A 以直接正犯及既遂方式觸犯第 2/2004 法律《傳染病防治法》第 30 條第 2 項結合第 14 條第 1 款第 1 項所規定及處罰的 1 項違反防疫措施罪，以及《刑法典》第 311 條所規定及處罰的 1 項抗拒及脅迫罪，分別判處 2 個月徒刑及 1 年 3 個月徒刑，兩罪並罰，合共判處 1 年 4 個月徒刑的單一刑罰，暫緩 2 年執行，但緩刑附帶條件，嫌犯須於裁判確定後三個月內向本特別行政區支付 10,000 澳門元的捐獻。
2. 事實發生於 2022 年 11 月 21 日至 22 日，判決於 2026 年 3 月 12 日轉為確定。
3. 在第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗內，A 被裁定以直接正犯及既遂方式觸犯了第 2/2016 號法律第 18 條第 1 款及第 2 款，並配合第 3 款第 2 項所規定及處罰的 1 項家庭暴力罪，判處 3 年徒刑，暫緩 2 年，但緩刑附帶條件，被判刑人須每月向被害人支付不少於 8,000 澳門元的賠償。
4. 事實發生於 2020 年 4 月 8 日至 2022 年 4 月 24 日，判決於 2026 年 1 月 26 日轉為確定。
5. 原審合議庭對上述兩案進行刑罰競合，三罪並罰，合共判處 3 年 3 個月實際徒刑。
6. 嫌犯不服原審法院的判決，向中級法院提出上訴。
7. 上訴人在上訴狀中指稱判決刑罰過重，違反《刑法典》第 40 條、第 48 條第 1 款、第 64 條及第 65 條的規定，沾有《刑事

訴訟法典》第 400 條第 1 款及第 2 款 a 項所規定的瑕疵。

8. 上訴人認為原審法院以其未履行前案判決中的民事賠償義務為由判處上訴人實際徒刑，忽視了本案的具體情節，包括其經濟狀況，而其 4 年來行為良好，且已支付所有賠償，原審法院在裁決中未有詳細說明理由，亦未充分考量其個人的狀況，違反了量刑個別化原則，應對上訴人處以最高 3 年徒刑，給予 3 年暫緩執行。

9. 我們完全贊同原審法院的立場。

10. 上訴人指原審裁判沾有《刑事訴訟法典》第400條第2款a)項獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判的事實的瑕疵。

11. 上訴人並沒有具體指出原審法院裁決中事實方面的漏洞，而原審法院在審理刑罰競合的過程中，已考慮了相關案件中的事實及量刑因素，結合《刑法典》第71條及第72條的規定，做出決定，並不存在任何漏洞。

12. 上訴人同時指稱原審法院違反法律規定，未有考慮其經濟狀況等因素。

13. 上訴人為澳門人，聲稱收入不穩定，平均每月MOP10,000至MOP$30,000，在第CR2-23-0103-PCC號卷宗因家庭暴力罪被判處2年8個月徒刑，緩刑2年，條件是每月向被害人支付MOP$8,000作為賠償，2026年1月裁判轉為確定後，上訴人從未向被害人支付任何支付，亦未有任何解釋，直至4月21日，

本案刑罰競合作出裁決後，上訴人始在該案存入3期合共MOP$24,000元賠償；本案中，上訴人因違反防疫及抗拒脅迫罪被判1年4個月徒刑，緩刑2年，條件是向特區捐獻MOP$10,000，上訴人於判決確定後已作出相關捐獻。

14. 庭審期間，上訴人被問及為何未履行第CR2-23-0103-PCC號卷宗的緩刑條件時表示知悉判決，其收入不穩定，近期有時未有收入，家人每月會給予一定的金錢，被問及有何打算，上訴人模糊以答，表現無能為力，亦表示未知如何或何時向家人求助，態度散漫，全然無動於衷，可見，雖然兩案中給予上訴人緩刑機會，但其未有珍惜，對履行緩刑義務採取消極及怠慢的態度，明顯無視法院判決的嚴肅性及威脅性。
15. 上訴人指稱原審法院未有考慮其個人的狀況，包括經濟條件，且違反量刑的法律規定，我們不能認同。
16. 原審法院在量刑時，一並考慮了上訴人的經濟狀況，所犯罪行的嚴重性及上訴人的罪過，以及其面對法院判決所採取的態度，指出具體理由，作出決定。
17. 儘管在兩案中按照具體的案情及當時對上訴人人格的評定等因素，曾給予上訴人緩刑，然而在第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗中，上訴人並沒有遵守緩刑的條件，沒有做出任何支付，亦沒有作出任何解釋，直至本案做出刑罰競合，對其處以實際徒刑之後，始履行部分賠償，卷宗資料同時顯示在 FM1-23-0094-MPS 規範行使親權案件中，上訴人同樣應未有履行

法院判決，定期支付撫養費，而被執行其財產。

18. 上訴人屢屢漠視法院裁判如無物，無視法律後果的嚴重性，採取完全放任的態度，原審法院在競合刑罰後對其裁定 3 年 3 個月的實際徒刑，並非草率或概括地作出決定，而是具體衡量了上訴人本身的各項因素，包括其經濟狀況，並沒有違反《刑法典》第 40 條、第 48 條第 1 款、第 64 條及第 65 條的規定。

19. 事實上，經刑罰競合後，刑幅為 2 年 8 個月至 4 年，我們認為原審法庭對上訴人處以 3 年 3 個月的實際徒刑，未有任何明顯違法或不適度之處，依法不能給予緩刑。

綜上所述，上訴人的上訴理由不成立，應駁回上訴，維持原審判決。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為原審法院在刑罰競合之量刑決定並無違反《刑法典》第 40 條、第 64 條、第 65 條、第 71 條及第 72 條的規定，建議駁回上訴人的全部上訴請求（卷宗第 495 頁至第 497 頁）。

*

本院接受了上訴人提起的上訴，組成合議庭，對上訴進行審理，兩名助審法官亦相繼檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

***

二、 事實方面

根據卷宗資料，以下事實對審理本上訴具重要性：

1. 在本案中（第 CR3-23-0277-PCC 號卷宗），上訴人以直接正犯及既遂方式觸犯第 2/2004 號法律《傳染病防治法》第 30 條第 2 項結合第 14 條第 1 款第 1 項所規定及處罰的一項「違反防疫措施罪」，以及《刑法典》第 311 條所規定及處罰的一項「抗拒及脅迫罪」，而被分別判處兩個月徒刑及一年三個月徒刑，兩罪並罰，合共判處一年四個月徒刑的單一刑罰，暫緩執行該徒刑，為期兩年，但緩刑附帶條件，上訴人須於裁判確定後三個月內向本特別行政區支付 10,000 澳門元的捐獻。

2. 案件的犯罪事實發生於 2022 年 11 月 21 至 22 日。

3. 案件的第一審裁判於 2025 年 4 月 25 日作出。

4. 上訴人不服裁判提出上訴，中級法院於 2026 年 2 月 26 日裁定上訴理由不成立，維持原審裁決。

5. 該中級法院裁判於 2026 年 3 月 12 日轉為確定。

6. 上訴人尚未支付上述 10,000 澳門元的捐獻（支付期限至 2026 年 6 月 12 日）。

7. 在第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗內，上訴人以直接正犯及既遂方式觸犯了第 2/2016 號法律第 18 條第 1 款及第 2 款，並配合第 3 款第 2 項所規定及處罰的一項「家庭暴力罪」，被法院判處三年徒刑，暫緩執行該徒刑，為期兩年，但緩刑附帶條件，上訴人須每月向被害人支付不少於 8,000 澳門元的賠償。

8. 該案的犯罪事實發生於 2020 年 4 月 8 日至 2022 年 4 月 24

日。

9. 該案第一審裁判於 2024 年 6 月 13 日作出。

10. 上訴人不服裁判提出上訴，中級法院於 2026 年 1 月 8 日裁定上訴理由部份成立，對於上訴人以直接正犯及既遂方式觸犯了第 2/2016 號法律第 18 條第 1 款及第 2 款，並配合第 3 款第 2 項所規定及處罰的一項「家庭暴力罪」，由判處三年徒刑改為判處兩年八個月徒刑，暫緩執行該徒刑，為期兩年，緩刑義務為上訴人須每月向被害人支付不少於 8,000 澳門元的賠償。

11. 該案中級法院裁判於 2026 年 1 月 26 日轉為確定。

12. 上訴人至今並未支付過該案裁判所裁定的緩刑義務的每月不少於 8,000 澳門元的賠償金。

13. 原審法院將第 CR3-23-0277-PCC 號卷宗與第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗的刑罰競合，三罪並罰，合共判處上訴人三年三個月實際徒刑的單一刑罰。

*

三、法律方面

本上訴涉及之問題為：

- 已認定的事實不足以支持裁判
- 競合量刑過重

*

上訴人認為被上訴判決的競合量刑過重，原審法院以其未履行前

案判決中的民事賠償義務為由，經競合後判處其實際徒刑，卻沒有考慮案中的具體情節，尤其是其經濟狀況、4 年以來的良好表現、已支付賠償且今後將持續依照判決而按月支付賠償，而導致所決定的刑罰不成比例，違反量刑個別化原則，以及違反《刑法典》第 40 條、第 64 條、第 65 條、第 71 條、第 72 條及第 48 條第 1 款的規定，被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款及第 2 款 a 項所規定的瑕疵，請求考慮其年齡、身為澳門居民、職業狀況、社會經濟能力及須撫養母親與女兒、長期無不良行為等情況，改判為最高三年徒刑，並給予三年暫緩執行。

*

終審法院於 2021 年 5 月 5 日第 40/2021 號刑事上訴案合議庭裁判中指出：

我們一直反覆強調，僅當法院未能就“訴訟標的範圍內的全部事宜”表明立場時，方存在“已認定的事實不足以支持裁判”的瑕疵。

換言之，只有在發生了對“重要事實”的“遺漏審理”，且根據“已認定的事實”無法良好而妥當地對交予法院審理的案件適用法律的情況下，才存在上述瑕疵。

由此，(還)要留意的是，上述“不足”與支持或者應當支持事實事宜的證據無關，不能將兩者混為一談。相反，這裡所涉及的是事實事宜的“列表”，它可能會不夠充分，並非因為有關事實以無效

或有缺漏的證據作為支持，而是因為它未能包含為解決相關法律問題而應被列入具體訴訟標的範圍內的必不可少的核心事實。

總而言之，已認定的事實不足以支持裁判的瑕疵是指未能調查及審理能夠符合罪狀構成要件之規定的事實要素，遺漏了構成罪狀的“客觀”或“主觀”要件乃至任何一項變更(加重或減輕)情節的事實，同時要注意的是，如果根據已認定的事實能夠對交予法院審理的案件安全穩妥地適用法律，則不存在任何“已認定的事實不足以支持裁判”的瑕疵（關於這項瑕疵及其所涉及的範圍，尤見於本終審法院 2014 年 3 月 26 日第 4/2014 號案、2015 年 3 月 4 日第 9/2015 號案、2017 年 3 月 24 日第 6/2017 號案和 2020 年 11 月 27 日第 193/2020 號案的合議庭裁判)。

原審法院於被上訴判決中指出：

在本案中，由於在第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗裁判確定後，但在有關刑罰消滅前，發現被判刑人在該案判刑前或判刑確定前實施了本案的犯罪行為，因此，根據《刑法典》第 72 條及第 71 條的規定，本案的情況符合與第CR2-23-0103-PCC號卷宗進行刑罰競合的處理。

依據上述的法律規定，在本案及第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗中，三項犯罪經競合後，有關刑罰幅度為兩年八個月至四年一個月徒刑。

而經一併考慮被判刑人的人格及其在兩案中所作的事實和具體的犯罪情節後，尤其兩案中的案件情節及手段有相當嚴重性，被判刑人的罪過程度甚高，被判刑人在知悉要面對兩案判刑的情況下，其在第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗裁判確定後至今，仍沒有履行過該

案裁判所裁定的每月緩刑義務(支付過任何賠償金予該案被害人)，雖然被判刑人現時在口頭上聲稱知悉要履行該義務，但實際上經過了約兩個多月期間，其卻沒有任何實質行動（即使其收入可能並非每月穩定，但顯然仍不會妨礙其即使僅支付部份的情況），且即便其被家庭及未成年人法庭判處須向未成年女兒支付每月 4,000 澳門元的扶養費，其自 2025 年 10 月起亦開始沒有履行有關扶養義務，加上其在本次庭審中的回應及所表現的態度，可見其對兩案的裁判及法庭的命令並不上心，重覆漠視違反裁決所帶來的法律後果的嚴重性，因此，本法院決定將本案與第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗的刑罰競合為三年三個月實際徒刑的單一刑罰。

本院審視卷宗資料，原審法院於作出刑罰競合時，已考慮了相關兩個卷宗中的事實以及法定的量刑原則，結合《刑法典》第 71 條及第 72 條的規定，最終裁定刑罰競合為三年三個月實際徒刑的單一刑罰，未見《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項規定的任何遺漏之瑕疵。

反之，上訴人雖質疑被上訴判決沾有“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”的瑕疵，卻未就此作出任何具體說明。

縱觀上訴人的相關上訴理據，其實際質疑的是原審法院所作出的經競合後的刑罰過重，違反量刑個別化原則。顯見地，這屬於法律適用的問題，與《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項的規定無涉。

*

除了《刑法典》第 40 條和第 65 條規定的刑罰之目的以及量刑之

原則和準則之外，在犯罪競合的量刑方面，根據《刑法典》第 71 條的規定，二項以上犯罪實際競合者，僅科處一單一刑罰，可科處的刑罰最低限度為各罪刑罰中最重者，而最高限度為各罪刑罰之總和；在量刑時，應一併考慮行為人所作事實及其人格。

根據《刑法典》第 72 條第 1 款的規定，如在判刑確定後，但在相關刑罰服完之前，或在刑罰之時效完成或刑罰消滅之前，證明行為人在判刑前曾實施另一犯罪或數罪，則適用《刑法典》第 71 條的規定予以競合。

所有競合之犯罪事實均一併作為審查對行為人所歸責的犯罪行為，考慮其整體程度與嚴重性、違反所保障法益的程度、當中是否存在共通或關聯性，以及藉此所反映的行為人之人格、個性及其生活模式。法院在作出刑罰競合的具體量刑時，亦須滿足預防犯罪之需求。

*

本案，上訴人聲稱其已履行了前案所裁定的民事賠償責任，且今後仍將持續依照判決而按月支付賠償。

但是，由卷宗資料不難發現，上訴人在第 CR2-23-0103-PCC 號卷宗中，因觸犯一項「家庭暴力罪」被判處二年八個月徒刑，緩期二年執行，緩刑條件為每月向被害人支付澳門幣 8,000 元作為賠償，該判決於 2026 年 1 月 26 日轉為確定。其後，上訴人從未向被害人作出任何賠償，雖聲稱每月有澳門幣 10,000 元至 30,000 的不穩定收入，卻未對不支付賠償的行為作出任何解釋。直至 2026 年 4 月 21

日原審法院作出被上訴之刑罰競合裁決後，上訴人才在該案存入 3 期合共澳門幣 24,000 元作為賠償。上訴人的行為無疑構成對於緩刑義務的違反，難以使法院相信其已真心悔過且決心不再犯罪而重新納入社會。

卷宗資料同時顯示，於第 FM1-23-0094-MPS 號規範行使親權案件中，上訴人因未履行法院判決定期支付撫養費而被執行財產。

上訴人的行為表現顯示其對法院作出的判決沒有予以重視，怠於履行義務，在人格層面顯示出其對法律的藐視態度。故此，原審法院將相關情節於作出刑罰競合時予以重點考量，也是適當的，並未因此構成上訴人所質疑的“疊加判決”。

即使不考慮兩個判決確定之後的行為表現，僅根據兩個判決中的量刑情節，我們看到，上訴人所作事實具暴力性質，暴力抗拒公共當局執法，暴力傷害以夫妻般共同生活的女友，在兩案均沒有展現完全的悔改之意，顯示其人格偏差嚴重。原審法院綜合考量上訴人的犯罪情節、所作事實的不法性以及人格特徵，亦充分考慮了上訴人的經濟狀況且作出了適當分析，依據《刑法典》第 71 條及第 72 條作出刑罰競合，在二年八個月至四年的法定刑幅期間，最終裁定三年三個月徒刑的單一刑罰，符合《刑法典》第 40 條一般預防和特別預防的要求，沒有超出其罪過上線，無違反《刑法典》第 40 條、第 65 條和第 71 條相關規定的情形。在不存在對法定限制規範（如刑罰幅度或經驗法則）的違反、也不存在所確定的具體刑罰顯示出完全不適度的情況下，本院沒有介入的空間。

***

四、決定

綜上所述，本院裁定上訴人 A 的上訴理由不成立，維持原判。

*

本上訴之訴訟費用和負擔由上訴人負擔，其中，司法費定為六個計算單位。

著令通知。

-*-

澳門，2026 年 9 月 24 日

周艷平

（裁判書製作人）

簡靜霞

（第一助審法官）

盧映霞

（第二助審法官）